



NÃO PINTCHA

ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS, AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONE: 3713/3726/3728

BISSAU

O PAIS VIVE MOMENTO HISTÓRICO



O camarada Luiz Cabral recebe das mãos do Presidente de Mesa os cartões de voto

O povo da Guiné-Bissau iniciou anteontem, dia 19, o seu direito de voto. A cidade de Bissau terminou as eleições no mesmo dia, com resultados bastante positivos. Conforme o comunicado emitido na noite do mesmo dia pela Comissão Eleitoral Nacional, são seguintes os resultados relativos às eleições para o Conselho Regional da cidade de Bissau: Total de votos expressos — 23.227; votos positivos — 19.520 e votos negativos — 3.707. Face aos resultados apurados, a lista única de candidatos para o Conselho da cidade de Bissau foi aprovada por 84 por cento dos votos expressos.

No resto do país, onde as operações eleitorais prosseguem até o fim da tarde de hoje, dia 21, os trabalhos têm decorrido igualmente dentro da maior normalidade e no meio de grande entusiasmo popular. Os resultados relativos aos diversos círculos eleitorais do interior serão divulgados à medida que forem comunicados à Comissão. Mas tem-se já constatado em muitos sectores resultados bastante encorajadores. Às 8h, de domingo, todas as Assembleias de voto iniciaram os trabalhos com a votação, primeiramente, dos elementos das mesas. Deu-se assim início ao mais importante acto de soberania nacional.

(Continua nas centrais)

A GUINE-BISSAU RATIFICA A CARTA CULTURAL DA AFRICA

OUA:

Victor Saude Maria regressou de Kinshasa

(Entrevista na pagina 6)

Em nome da República da Guiné-Bissau, o camarada Luiz Cabral, Presidente do Conselho de Estado enviou, a 12 de Dezembro de 1976, ao Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana, a nota oficial da ratificação da Carta Cultural da África, adoptada na 13ª sessão ordinária da cimeira da OUA realizada em Port-Louis, de 2 a 5 de Julho de 1976.

Os objectivos da presente carta são os seguintes:

Libertar os povos africanos das condições sócio-culturais que entravam o seu desenvolvimento e conservar o sentido e a vontade de progresso, o sentido e a vontade de reabilitar, restaurar, salvaguardar, promover o património cultural africano; afirmar a dignidade do homem africano e os fundamentos populares da sua cultura; combater e eliminar todas as formas de alienação,

de opressão e de dominação cultural por toda a África, nomeadamente nos países ainda sob dominação colonial e racista e sob o regime do apartheid, favorecer a cooperação cultural entre os Estados africanos com vista ao reforço da Unidade Africana; favorecer a cooperação internacional para uma melhor compreensão entre os povos e na qual a África dará a sua contribuição original e de qualidade à cultura humana;

favorecer em cada país a possibilidade de cada povo dominado, a ciência e a técnica, condição necessária para dominar a natureza; desenvolver o património cultural africano todos os valores dinâmicos e rejeitar todo o elemento que seja um obstáculo ao progresso.

Para atingir os objectivos enunciados no artigo precedente, afirmam solenemente os princípios seguintes:

Acesso a todos os cida-

dãos à educação e à cultura; libertação do génio criador do povo e respeito da liberdade de criação e das especificidades e das autenticidades nacionais no domínio cultural; integração selectiva da ciência e da tecnologia moderna na vida cultural dos povos africanos; intercâmbio e difusão das experiências culturais entre Estados africanos no domínio da descolonização cultural, sob todas as formas.

Recordando o meu camarada Djom Farim

Donde me lembro que ao passar dias atrás por Biambi, me acudiu à mente a imagem de Djom Farim.

O Sol agonizante como que incendiara a lala. O movimento rápido e envolvente dos guerreiros fizera com que os tугas ficassem com o Sol nos olhos.

Djom Farim qual touro possante, meteu o peito ao canhão e este feito corcel, galgou os regos da bolanha agora enxuta, libertando a sua fala rude.

Ah!... Que a mão do povo em armas sabe ser dura para com os seus inimigos...

Os camaradas leitos, encostaram-se ao arame. Nessa noite o repouso teve o gosto de canfurbat de porco novo e veio sob a forma de rostos serenos num sono bem merecido.

O jeep balouçando-se na pista rasgada pela água das chuvas avançou ébrio até à ponte sobre a lagoazita em que boiava um tapete de nenúfares com flores brancas, substitutas imóveis das garças que com o chegar da noite suspenderam a sua sentinela diurna.

Atacando do outro lado a subida mais sinuosa, por via de conseguir o melhor piso, que íngreme, fomos dar de caras com um cerro de palmeiras singando pesadamente e cujas ramagens vistas cá de baixo, pareciam vassouras querendo limpar do céu escuro a fuligem da noite.

Donde me lembrei dos momentos que se seguiram à minha chegada à ilha das Galinhas. Deitado na esteira ao pé da tua cama, uma candeia de petróleo tremeluzinho do outro lado da caserna como que me indicando que Bissau — saudades — liberdade, ficavam um pouco para o norte. Um camarada tangia as cordas do seu simbe, e tu cantavas canções de guerrilha: O Partido, Cabral e a sua Nação em emergência.

Na manhã seguinte disseste-me que sonhara com um bombardeamento. Tive tempo de saber depois, que há quatro anos e meio que vinhas sonhando com bombardeamentos, emboscadas e ataques a aquartelamentos inimigo. Que em ti a fé no Partido e na luta do Povo permanecia após todo esse tempo, viváz, presente, firme no teu espírito como se agora mesmo acabaras de cair prisioneiro.

Eu bem te repeti várias vezes que a cor de um exílio como o nosso era de um azul-acinzentado. Do mesmo tom do céu que seria necessário cruzar ou do canal que se nos importaria sulcar para repisar o Continente. De um azul-acinzentado pronto a transmotar-se no verde profundo da esperança.

Faróis, cones ziguezagueantes, violentavam agora a escuridão como se esta fosse o único obstáculo que se interpusesse ao meu encontro próximo com fim-de-jornada-reposo.

Biambi ficara para trás. Eu sabia-te agora em Farim. Sabia-te um dos agentes da POP e que de vez em quando talvez para amenizar as agruras do dia a dia tomavas a tua pinguinha.

Sabes, as dificuldades não acabam com o silêncio das armas. Aparecem sob outra forma com o rasgar da terra dos radis e dos tractores ou com o matraquear pesado das primeiras máquinas que se montam nas fábricas. Não é mais que uma crise de dentição que logo passará, posto ainda que dê muito trabalho.

Donde ao passar por Biambi te recordei Djom Farim, meu Camarada, meu irmão.

JOSÉ CARLOS SCHWARZ

A região de Bissau tem novo presidente

O camarada Paulo Correia, membro do Comité Executivo de Luta e Presidente cessante do Comité de Estado regional, conferiu posse, anteontem, quinta-feira, às 10h, ao camarada Orlando Nhaga, membro do Conselho Superior de Luta, no cargo de Presidente do Comité de Estado da região de Bissau, numa breve cerimónia realizada na sede do mesmo nome.

Orlando Nhaga acumulava também o cargo de Presidente do Comité do Partido desta região, funções a que foi nomeado no passado dia 4 de Dezembro, no Secretariado do Partido. Os encargos da nova região de Bissau passam a ser limitados a apenas três sectores: Safim, Biombo e Prábis. Isso deve-se ao facto de a cidade de Bissau ser agora autónoma da região. O Comité do Partido do sector autónomo de Bissau tem como Presidente o camarada Bobo Queita, do Conselho Superior de Luta e membro do Estado-Maior das FARP, e o Comité da cidade de Bissau — antiga Câmara Municipal de Bissau, — é dirigido por Juvêncio

Gomes, do Conselho Superior de Luta.

Interessa explicar aqui que o Comité da Cidade de Bissau e o Comité de Estado da região de Bissau, assim como o Comité do Partido de sector Autónomo de Bissau e o Comité do Partido da região do mesmo nome, são organismos diferentes. No primeiro caso, os encargos pertencem ao Governo, enquanto que no segundo, pertencem à organização do Partido. Esta decisão tinha sido preconizada pelo Comité Executivo de Luta e apresentado, pelo Secretário-Geral do PAIGC, ao Conselho Superior de Luta, na sua última reunião.

Assistiram ao acto os camaradas Paulo Pereira de Jesus, Vice-Presidente do Comité de Estado da Cidade de Bissau, João Manuel Gomes (Tchutchu), segundo vice-Presidente, João da Silva, director-geral da empresa mista de pesca «Estrela do Mar», Marcelino Lima, director financeiro dos Armazéns do Povo e vários outros funcionários do serviço.

O camarada Paulo Correia abriu a sessão com

uma intervenção de felicitações e de encorajamento ao empossado e dos trabalhadores do Comité, na continuação da sua dedicação à luta de Reconstrução Nacional.

«Como todos nós sabemos — prosseguiu — Bissau é uma região que durante os tempos de guerra, não teve a oportunidade de se beneficiar politicamente do desenvolvimento da nossa luta, por motivos de ter sido ocupado pelo maior aparelho colonial de guerra. De acordo com os princípios do nosso Partido, a experiência mostrou-nos que o nosso povo, esteja onde estiver, é um povo consciente, mas que necessita de ser organizado. O trabalho de organização, nesta capital, tem figurado, e continua a figurar, num papel de grande importância».

«Quero aproveitar este momento para felicitar a todos os camaradas com quem trabalhamos juntos, pela dedicação e comportamento brilhantes que sempre adoptaram. Quando nos referimos à tomada de posse pelo camarada Orlando Nhaga — explicou o presidente cessante antes de terminar

— estamos também a considerar esta tarefa de todos os camaradas trabalhadores do comité. É uma responsabilidade de todos nós, diante do nosso povo, do nosso Partido e Governo».

O presidente para a nova região falou por fim, após a leitura do termo de posse, pelo funcionário da Administração Interna, Função Pública e Trabalho, Pedro Pires, e a assinatura do termo. A sua intervenção foi curta mas clara nas referências feitas sobre o cargo que se lhe atribuiu assim como a animação aos trabalhadores locais no engajamento ao trabalho, sob a sua orientação, e retribuiu os elogios;

«Agradeço imenso as palavras de elogio e de encorajamento pronunciadas pelo camarada Paulo Correia, na posse deste cargo de responsabilidade a que fui investido. Com a ajuda de todos os camaradas e trabalhadores deste comité, vou procurar fazer o máximo que puder para o corresponder, na medida do possível, para bem do nosso povo».

RESPONDE O POVO

Que significa para si votar? (1)

O povo da Guiné-Bissau começou a viver no passado domingo um dos momentos mais significativos da sua história. Em todas as regiões, sectores, tabancas, secções ou bairros, a população acorreu em massa às urnas para cumprir o seu dever de cidadão de um país livre e independente, a fim de eleger os conselheiros regionais que irão escolher no seu seio os deputados à Assembleia Nacional Popular, órgão supremo da nossa soberania. No interior do País os votos prosseguem até ao fim da tarde de hoje, terça-feira. Em Bissau, desde as primeiras horas de domingo, a população afluía às urnas, em todos os bairros, a fim de exercer democrática e livremente o seu dever de digno filho da nossa terra, elegendo os seus representantes.

Cumpriu o seu dever, votando na lista escolhida? Qual a importância que atribui a este acto, realizado pela primeira vez no nosso país, livre e independente? Quatro pessoas deram o seu parecer sobre o assunto.

Justino Santos Neves, estudante: — «Votei no bairro Belém - Missirá. Penso que votar é um acto de grande importância e responsabilidade para todo o cidadão. Notei uma grande participação da população local que votou em massa. Estou plenamente de acordo com o sistema de selecção dos candidatos, que foi posto à discussão do povo. Todas as pessoas puderam candidatar-se, só que a sua conduta anterior tinha que ser analisada e criticada. Assim, vamos ter a certeza de

que, qualquer candidato eleito reúne as condições necessárias para defender os verdadeiros interesses do povo».

Alívio Barbosa, 52 anos, trabalhador da Socotram: — «Neste momento de grande importância, deve ser um dever de cada cidadão escolher as pessoas que governem esta terra. Acho que as eleições estão a decorrer da melhor maneira porque, apesar do tempo curto, as coisas foram preparadas e, pela afluência que se verifica na urna, dá uma ideia

clara da maneira como as coisas foram organizadas. Depois de todo o esclarecimento dado e da discussão da lista em todos os bairros, acho que a maioria há-de votar sim, porque não houve contestação no momento em que foi apresentada a lista definitiva. Aqui no bairro de Setembro, é possível que as coisas possam ser acabadas dentro de algumas horas, porque, apesar de ser grande, a população é pequena.

Edwiges Araújo, 68 anos, doméstica: — «A minha opinião é de que as coisas estão a correr muito bem e que o povo está consciente do seu dever. Penso que o povo, na sua maioria, vai aprovar a lista porque foi ele próprio que aceitou os candidatos. Noutros tempos não era possível a toda a gente votar porque nem todos eram considerados cidadãos. Os que não sabiam ler e não tinham o bilhete de identidade não podiam votar. Lembro-me de uma eleição aqui na Guiné, no tempo do Pinto Bull, que foi totalmente diferente

da que estamos a assistir hoje. Também tive a oportunidade de assistir a eleições em Portugal, pelo que posso fazer um juízo da maneira democrática como está sendo feita aqui, na nossa terra, em que todos podem participar e votar livremente.

Joaquim Francisco Rabelo, 48 anos, trabalhador da Função Pública: — «Votei como um cidadão e filho digno desta terra. Fiz isso porque os candidatos propostos são pessoas conscientes dos seus deveres e deram provas da sua fidelidade e dedicação ao Partido, portanto ao povo. Nunca vivemos uma realidade clara como esta que estamos a viver neste momento de consolidação das vitórias do nosso Partido. No tempo colonial só os ditos civilizados é que tinham direito a voto. Eles recebiam os cartões em casa ou nas repartições para depois irem entregar no dia das eleições. Hoje na nossa terra, seja com lópé, pano ou fundinho toda a gente e mesmo os analfabetos podem votar. É essa a maior realidade que já vivemos no nosso país».

O que foi o combate à cólera (2)

—depõe o Ministro de Saúde e Assuntos Sociais

Continuamos hoje a publicar a entrevista do camarada Manuel Faustino, Ministro de Saúde e Assuntos Sociais dada ao jornal Voz do Povo, sobre o que foi o grande combate à cólera que se alastrou à população da ilha de Santiago. Falou das medidas tomadas para acabar com esta situação como abrindo uma campanha de vacinação. Tomaram-se cuidados ainda em vigor em portos e aeroportos. Desencadeou-se uma campanha de mobilização da população, saneamento do meio ambiente, educação sanitária etc.

É ESSENCIAL QUE A POPULAÇÃO SE VACINE

Sobre a campanha em força para vencer a epidemia o camarada Manuel Faustino, Ministro da Saúde e Assuntos Sociais da República de Cabo Verde adianta — a partir de determinada altura, o Concelho da Praia, passou a ser o reservatório da cólera. Isto pode, até certo ponto, parecer paradoxal, uma vez que, pelo menos teoricamente, as condições higiénicas são aqui melhores, o conhecimento das pessoas das regras mínimas de higiene é maior. Mas não obstante todos esses factores o Concelho da Praia foi duramente atingido.

Claro que aqui é preciso termos em conta que, por exemplo, o abastecimento de hortaliças ao Concelho da Praia é feito a partir do Concelho de Santa Cruz. É preciso ver também, por outro lado, que a população do Concelho da Praia está diariamente em contacto com a população de outros concelhos.

Contudo é bom dizer-se que, devido essencialmente à grande falta de higiene que existe nos arredores da Praia, particularmente na Achadinha e na Achada de Santo António, esses bairros, quanto a nós têm sido os reservatórios de vibriões, isto é, os agentes causadores da cólera. Poderíamos dizer que a partir de mais ou menos um mês do início do surto, o Concelho de Santa Cruz continuou ainda com alguns problemas, mas o grosso da doença situou-se no Concelho da Praia e, em especial, nas zonas da Achadinha e da Achada de Santo António, onde por não existir um mínimo de cuidados com a protecção e o saneamento do meio, a população conviveu e conti-

nua a conviver com o vibrião e a permitir, por um lado, que ela fosse infectada, e, por outro, que servisse de foco de irradiação da doença para outros concelhos.

PRINCIPAL FOCO DE CONTAMINAÇÃO

Em nosso entender, a partir de determinada altura, a situação inverteu-se: a Praia foi contaminada, em princípio, a partir do foco de Pedra Badejo, e passou a ser ela mesma o foco de contaminação de outros Concelhos.

Regra geral, todos os casos detectados e que chegavam ao Hospital ou ao Posto Sanitário a tempo, cediam ao tratamento e também os casos das pessoas vacinadas com as duas doses e que contraíram a doença foram praticamente insignificantes. Isso é tanto mais importante quando sabemos que a vacinação dá uma imunização razoável embora não total.

Quer isto dizer que a protecção nunca é de cem por cento. Mas verificamos que a maioria esmagadora das pessoas que levaram as duas doses de vacinação praticamente não contraíram a doença.

TOMAR MEDIDAS PREVENTIVAS

Dentro desta perspectiva nós podíamos dizer que as principais medidas que tomámos foram o desencadeamento de campanhas de vacinação maciça tendentes a evitar que o surto saísse de Santiago, tanto em relação ao estrangeiro como em relação às outras ilhas. Nesta base, tomaram-se alguns cuidados, aliás ainda em vigor em portos e aeroportos; desencadeou-se uma campanha profunda de mobilização da população saneamento do meio ambiente, educação sanitária, etc. E isso tudo de colaboração com as FARP, a Administração Interna e, evidentemente, a Organização do Partido.

Nós poderemos dizer que houve muitas zonas nas quais a adesão das populações, sua compreensão e participação foi bastante grande, nomeadamente na zona dos Órgãos, em que rapidamente conseguimos dominar a situação, quando ela apareceu quase dramaticamente. De súbito, surgiram ali alguns casos e ocorreram uns quantos óbitos, mas graças a uma intervenção em força, com

a colaboração das estruturas locais a que atrás fiz referência e, essencialmente, devido à compreensão que a população teve do problema, a situação normalizou-se em relativamente pouco tempo. Infelizmente não poderemos dizer outro tanto em relação a diversos Concelhos. Talvez ainda no Concelho de Santa Cruz possamos sublinhar que a nível de Pedra Badejo, propriamente dito, também a participação foi boa, mas nos outros Concelhos a participação tem sido demasiado fraca.

Prosseguindo a explanação das suas ideias, o camarada Manuel Faustino salientou:

«Convém agora citar alguns números que poderão permitir compreender melhor a nossa ideia. Por exemplo, nós, até recentemente, tivemos cerca de cento e noventa casos diagnosticados clinicamente como sendo de cólera. Desses cento e noventa casos verificámos que a maior parte se situou no concelho da Praia, isto é, cento e trinta e seis casos (o que dá uma percentagem de 75,5%). No concelho de Santa Catarina registaram-se cerca de 4,5%, enquanto que no de Santa Cruz a percentagem foi de 15,8% e no Tarrafal de 8,4%.

CUMPRIR AS DIRECTRIZES E INSTRUÇÕES

Voltamos, portanto, a chamar a atenção para o facto da incidência do surto ocorrer no concelho da Praia, onde, em princípio, existem maiores possibilidades de controle e de prevenção de doenças desta natureza. Ainda citando números, verificamos que do total das 190 pessoas que contraíram a doença, cento e sessenta e cinco, (por conseguinte 89,8%) não tinham sido vacinadas; 8,9% das pessoas com apenas uma dose é que contraíram a doença. Isto já nos dá uma ideia da importância da vacinação. É absolutamente necessário que executemos as directrizes e instruções que são dadas, pois convém realçar que, do total dos casos de cólera a esmagadora maioria situa-se no concelho da Praia, ou seja aquele onde são maiores as possibilidades de vacinação. Este é um ponto importante que mais à frente voltaremos a abordar. Devemos igualmente alertar as pessoas, para o facto elucidativo de os atingi-

dos se situarem nos limites extremos de idade. Assim temos indivíduos de 0 a 5 anos, 11%; de 6 a 14 anos, 15,8%; de 15 a 30 anos, 26,8% e acima de 30 anos de idade, com 36,8%. Isto serve para alertar as pessoas quanto à importância das medidas a serem adoptadas, quer com crianças de tenra idade quer com pessoas já mais idosas».

TERCEIRA IDADE E INFANCIA — OS GRUPOS MAIS SENSÍVEIS

«Ainda citando alguns dados,—disse mais adiante o camarada Ministro — nós poderemos fazer referência ao número de óbitos que ocorreram e dividir estes números em duas categorias: número das pessoas que faleceram internadas no hospital e número de pessoas que faleceram sem terem sido internadas. Tivemos um total de dezassete óbitos, sendo doze verificados no Hospital da Praia e cinco no exterior.

Desses doze óbitos, temos oito no Concelho da Praia. Quer dizer que sessenta e sete por cento das pessoas que faleceram no hospital são do concelho da Praia. Outra vez a situação parece incongruente. Convém vincar que, regra geral, essas pessoas chegaram ao hospital numa situação desesperada. Assim, pessoas do concelho da Praia, mais próximas do Hospital, nomeadamente dos dois subúrbios da Achada de Santo António e da Achadinha, não só não fizeram a vacinação, como quando chegaram ao hospital estavam num estado em que era extremamente difícil reagirem ao tratamento.

Por conseguinte, voltamos a chamar a atenção para este facto: das doze pessoas falecidas no hospital, oito eram do concelho da Praia. As quatro restantes pertenciam ao Concelho de Santa Cruz. Portanto, num total de trinta e três por cento para o concelho de Santa Cruz e sessenta e sete por cento para o concelho da Praia, o que se refere às pessoas não internadas, ou seja às outras cinco pessoas que sucumbiram, vítimas da cólera, verificamos que nenhuma se relacionava com o concelho da Praia.



AMÍLCAR CABRAL

4. estrutura social

«Embora um número considerável de caboverdianos saibam falar português, a quase totalidade da população fala crioulo, dialecto que, embora fortemente marcado pelo português arcaico, não é menos influenciado pelas línguas dos antigos escravos fixados nas Ilhas. Mas perante a incontestável realidade da história, mesmo que todos os caboverdianos falassem português e a maior parte não fossem africanos, o Governo português não teria o direito de considerar o Arquipélago como uma parte de Portugal. Se assim não fosse, o Brasil seria ainda hoje uma parte de Portugal, os países de língua espanhola da América do Sul e da América Central seriam partes de Espanha, os Estados Unidos e a Austrália da Grã-Bretanha e o Canadá da França.

Baseando-se nas diferenças profundas e inegáveis existentes entre o povo de Portugal e o das Ilhas de Cabo Verde, consequência directa das diferenças entre os processos históricos respectivos, é evidente que, enquanto que o povo português é soberano e decide do seu próprio destino, o povo caboverdiano está submetido à soberania portuguesa e privado do seu direito inalienável à autodeterminação.

A realidade quotidiana do povo caboverdiano, tal como as próprias leis portuguesas, que regem, sem o seu prévio consentimento, a vida deste povo nos planos político, administrativo, económico, social, judicial e cultural, demonstram que, nas Ilhas de Cabo Verde, a soberania está em mãos portuguesas e que o povo caboverdiano não participa — de facto — nem no funcionamento dos órgãos de soberania, nem no funcionamento das instituições políticas e administrativas locais. Com efeito:

a) São os órgãos da soberania portuguesa que, em última instância, decidem a vida política, económica e social do povo das Ilhas de Cabo Verde, sendo todos esses órgãos metropolitanos, europeus;

b) É um representante do governo português, nomeado pelo Conselho de Ministros português — o governador — que dirige o Arquipélago, com funções legislativas e executivas bem delimitadas por lei, e sob a orientação e controlo do ministério português do Ultramar. O povo caboverdiano não tem qualquer intervenção nesta nomeação e não pode destituir nem reintegrar o «seu» Governador;

c) A Constituição Política portuguesa, a Lei Orgânica do Ultramar e, de acordo com esta mesma lei, o Estatuto das Ilhas de Cabo Verde (não aplicável na Metrópole) — todos elaborados pelas autoridades portuguesas e aprovados pelos portugueses — são os textos legais que dominam a vida do povo caboverdiano;

* Relatório geral sobre a luta de libertação nacional apresentado na Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde realizada em Dakar de 12 a 14 de Julho de 1961.



Luiz Cabral:

“A ESCOLHA NÃO É DIFÍCIL PARA UM HOMEM CONSCIENTE”

Este acto grandioso vai permitir ao povo da Guiné-Bissau, escolher livre e democraticamente os seus verdadeiros representantes que, mais tarde, nomearão os constituintes da Assembleia Nacional Popular, órgão que representa a vontade suprema do povo.

A cidade de Bissau, onde o nosso contacto com as massas de voto e as populações foi mais possível, assinalou este momento de particular importância para a vida do nosso país, com vários cartazes e posters com dísticos espalhados pelas ruas e pelos bairros: «Vota SIM com o PAIGC»; «Os conselheiros regionais são os verdadeiros representantes das massas populares».

«Se és militante ou simpatizante do PAIGC, deves participar — Vota». Em todos os locais onde funcionam a Assembleia de voto encontra-se hasteada uma bandeira nacional, que simboliza a importância do acto,

Chegada a hora marcada antes dos elementos da mesa votarem, as urnas foram abertas e apresentadas ao povo, para que todas se certificassem da veracidade respeitante ao número de votos. Depois as urnas são transportadas para as cercas improvisadas, ora com ramos de palmeiras ora com outros materiais ou ainda para recintos fechados e afastados das massas e das bichas, quando são aproveitadas salas ou quartos de prédios mais próximos. Estas vedações com passagem para as urnas voltadas para o lado oposto, constituíam a testemunha absoluta dos votantes que lá entravam para depositarem um dos cartões — SIM ou NÃO — a que têm direito como cidadãos livres desta terra.

Apenas da campanha política para as eleições dos conselheiros regionais

ter tido uma grande actividade em Bissau, todas as Assembleias de voto tiveram a preocupação de repetir as explicações necessárias de como proceder no acto de voto. Isto porque a maioria da população é analfabeta, e partiu-se do princípio que todas as explicações não eram demais.

De acordo com as informações colhidas junto às mesas das Assembleias de voto espalhadas pelos bairros, o processo de votação desenrolou-se em ambiente de disciplina e compreensão e os moradores acorreram em massa às urnas. Isto assinala em grande parte o nível de consciência política das populações das zonas urbanas que, há dois anos atrás, pouco ou nada conheciam da necessidade de participação de todos em defesa intransigente dos seus interesses vitais, consolidando as forças

capazes de as representar mais tarde na resolução dos seus mais altos anseios.

Entre os vários aspectos a assinalar há a participação da juventude. Jovens que terão de prosseguir o combate, não com as mesmas armas que conquistaram a independência, mas com outras não menos preciosas e poderosas, do estudo e trabalho. Que, sem dúvida alguma, conquistarão a nossa independência económica, base do progresso e da felicidade do nosso povo.

A Juventude soube usufruir do seu direito de cidadão acorrendo às urnas em grande número. Ela ganhou esse direito por uma lei adoptada pela actual Assembleia Nacional Popular, que garante o direito de voto a partir dos 18 anos de idade e o de ser eleito aos 21 anos. As mulheres também



Francisco Mendes na Assembleia do voto do bairro da Tchada

em que se encontram empenhadas para que o processo revolucionário em curso no nosso país, prossiga irreversivelmente.

No bairro de Belém-Missira, onde funcionaram 14 locais de voto, o maior número de votantes compareceu às urnas logo de manhã aliás como se verifica em todos os outros bairros. Com uma expressão calma que se lhes afigurava nos rostos, centenas de pessoas de ambos os sexos formaram filas em frente às Assembleias de voto. Todos esperavam com paciência que chegasse o seu momento de grande decisão.

Ali, as eleições decorreram sem incidentes. A assembleia de votos N.º 3 teve a presença, como votantes, dos camaradas Amélia Araújo do Commissariado das FARP e responsável para o Arquivo Nacional, Vasco Salvador Correia, responsável pelo Departamento Central de Formação de quadros do Commissariado da Segurança Nacional e Ordem Pública e a camarada Maria Augusta Mendes, membro da Comissão Feminina do PAIGC e esposa do camarada Comissário Principal.

O bairro de Cobornel tem uma média de 3 mil habitantes, dos quais apenas cerca de 900 pessoas possuem idade de voto. Às 8h, quando a mesa da Assembleia de voto número dois, na sede do Club, iniciou os trabalhos, já havia centenas de pessoas em duas bichas e algumas delas tinham-se levantado muito cedo para ocuparem lugares à frente da fila.

A mesa da Assembleia era composta de um Presidente, dois secretários e dois escrutinadores. O mesmo que em todo o país. O cidadão a votar

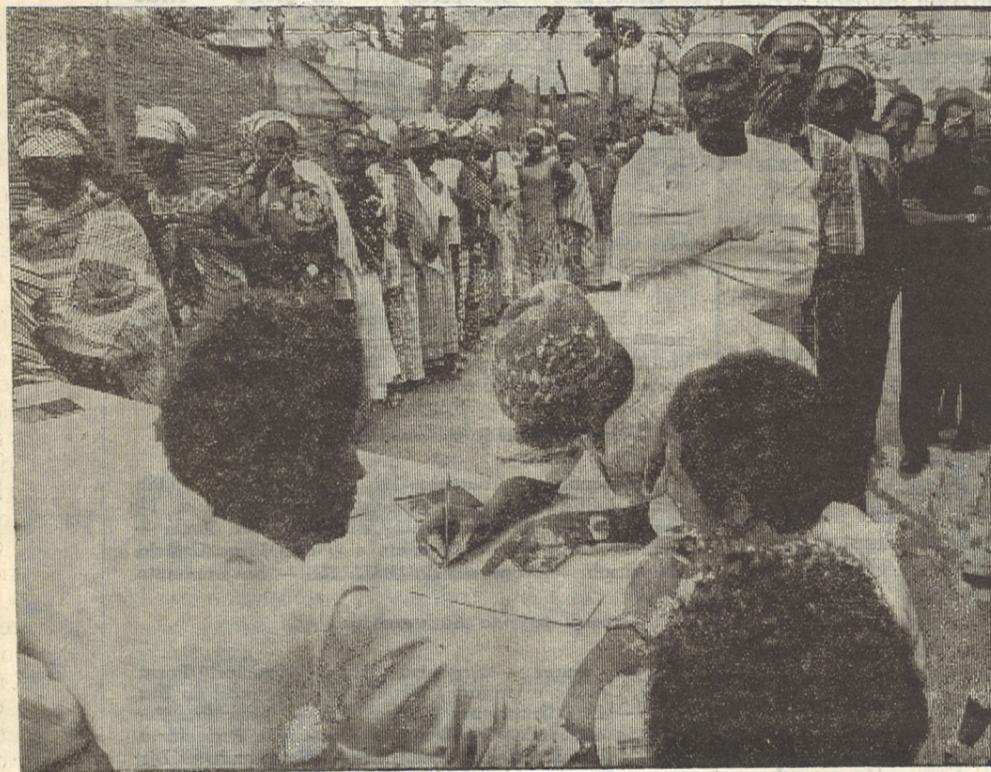
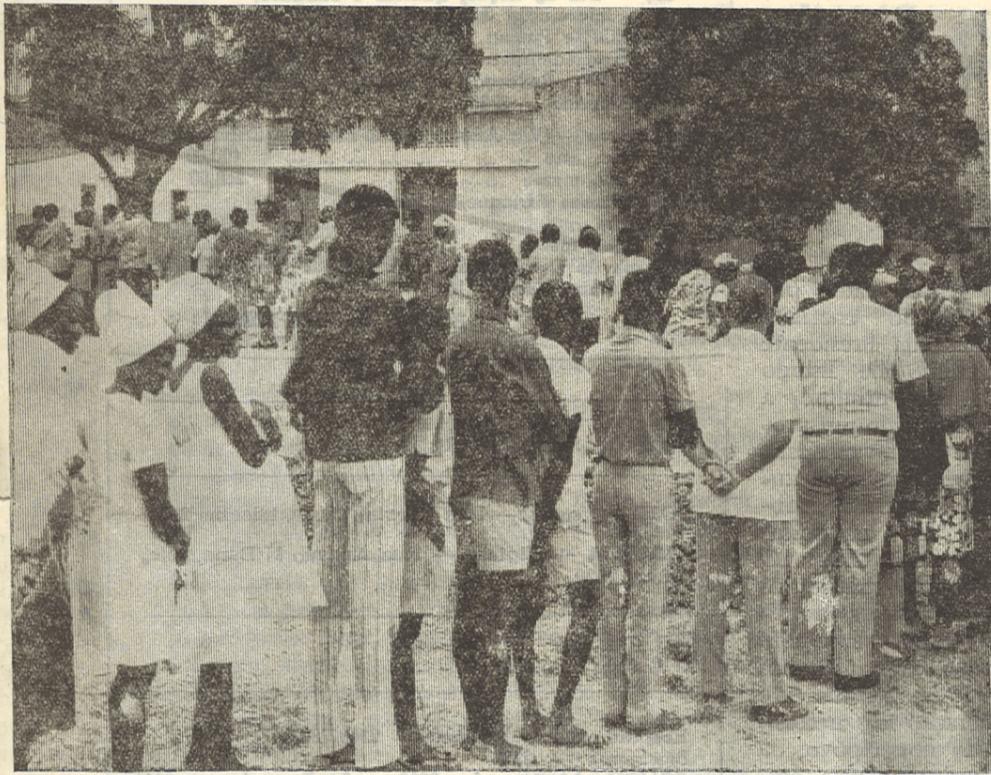
dirige-se a um dos secretários que lhe pede o nome, a idade, a filiação naturalidade e a morada. O presidente lê o nome em voz alta e lhe estende os dois bilhetes de voto. Os escrutinadores encostam-se de recolher os bilhetes e fazer as contas dos votos, no fim do qual procede-se à elaboração de um relatório de votação a ser entregue à Comissão Eleitoral Regional.

José da Silva, 40 anos, director do Centro de Reabilitação de Bissau, presidente da mesa da Assembleia de voto número dois. Analiza o andamento do processo nacional e fala da importância das eleições: «Atende à sua participação, considerar louvável o comportamento dos moradores deste bairro, o que demonstra, o seu grau de consciencialização».

«É um acto de grande importância, por ser a primeira vez que se realiza em todo o território livre do País. As eleições, hoje em dia, esperam de longe as do período colonial em vários aspectos, tanto no seu carácter político como na sua orientação».

Os camaradas Ramos, do Estado-Maior das FARP, e Gaudêncio de Sousa (Xito), responsável do Hospital Militar, são legados pela organização no bairro. Eles, assim como outros membros da Comissão Eleitoral Nacional, percorreram todo o bairro, para se inteirarem do andamento dos trabalhos. Ambos votaram em Cobornel. Gaudêncio de Sousa (Xito) sintetiza este momento e a participação popular.

«O que nos deixou bastante impressionados foi o entusiasmo demonstrado pelo povo desde a po-



Em todos os bairros da capital a população votou livre e conscientemente

tornaram possível, aqueles que libertaram o nosso país».

Houve casos raros de eleitores indecisos no acto de votação. A este respeito ouvimos a opinião de Francisco José Fadul, funcionário do Commissariado de Educação Nacional e Cultura e Primeiro Secretário da Assembleia de Voto do Bairro de Cupelon de Baixo:

«De uma maneira geral, não enfrentámos grandes dificuldades. A campanha de esclarecimento levada a cabo anteriormente, mobilizou uma participação popular crescente que nos permitiu, aliada à boa organização dos trabalhos realizados pela delegação da Comissão Eleitoral Nacional junto a este bairro, a classificação dos diversos pormenores respeitantes ao acto em questão. No entanto, preocupámo-nos em repetir por diversas vezes durante o próprio acto os esclarecimentos indispensáveis».

Cupelon, o único bairro de Bissau onde durante o colonialismo português as reuniões clandestinas do Partido eram feitas de dia, teve no domingo passado uma oportunidade de demonstrar a sua maturidade política, a sua consciência e a sua confiança no Partido. A este respeito o delegado do Partido e da Comissão Eleitoral Nacional para Cupelon de Cima, camarada Júlio de Carvalho (Julinho), Comissário Político da FARP afirmou:

«O bairro de Cupelon tem a sua história. Era conhecido por «bairro libertado». Como hoje se pode verificar, houve grande afluência da população às urnas, devido também a um grande trabalho de informação. Não temos dúvi-

da que o bairro votará com o PAIGC».

A maior parte das pessoas que se dirigiram às urnas do Bairro de Reino-Gambiafada para colocarem o seu voto de cidadãos conscientes, era composta de mulheres. Às 8h, encontravam-se formadas quatro bichas frente à assembleia de voto: três compostas de militares, e uma de homens e mulheres. Do lado direito da assembleia agrupavam-se, numa varanda, as mulheres que haviam de constituir a grande parte dos eleitores.

«Votei, porque sou do PAIGC. Tenho confiança na lista que me foi apresentada por ele. Portanto, a lista merece todo o meu apoio, porque é o meu destino na mão», afirmou Julieta Modesto Andrade, de 39 anos, professora primária, ao exprimir a importância do seu gesto.

A votação decorreu sem incidentes. Homens e mulheres pegavam nos seus cartões de voto e dirigiam-se para as urnas, depois de ouvirem a explicação do presidente da mesa. Carlos Miranda, de 35 anos, funcionário aduaneiro dá a sua opinião:

«Para mim, cidadão consciente tanto quanto possível, acho que é um acto, a nível nacional, inalienável e intransmissíveis, porque pela primeira vez na minha vida me senti realizado, como cidadão livre, responsável por um acto que me confere o Estado e Governo. Sinto-me feliz por o Governo ter-nos permitido expressar, livremente e sem quaisquer influências a nossa vontade e que esta vontade se traduza em futuros projectos e também

em futuras realizações, em estreita colaboração com o Governo, Partido e Estado».

Os trabalhos começaram com 10 minutos de atraso em algumas das 10 Assembleias de voto colocadas no bairro de Chão de Papel-Varela. Depois dos representantes de mesa terem votado, os eleitores formaram filas de ambos os sexos, podendo assim cada um votar sem preocupações.

O maior número de votantes compareceu aos locais de votos no período da manhã. Mas foi-se por volta das 10h, diminuindo. Em todas as urnas do bairro de Chão de Papel-Varela, as eleições decorreram na melhor maneira. Havia um ou outro representante da mesa que repetia as principais explicações, apesar da campanha de esclarecimento levada a cabo.

No bairro de Setembro, houve duas urnas, uma na Associação Comercial e outra na Esplanada-Bar Bento, na zona comercial. Às 6h da manhã, os componentes das Assembleias de voto já tinham ocupado os lugares na mesa, mas as pessoas ainda não tinham começado a afluir. Só, começaram duas horas depois — 8h — quando algumas pessoas já tinham formado a bicha ao longo do passeio, frente ao edifício.

Antes de votar os elementos identificam-se e assinam os nomes no caderno eleitoral aqueles que não sabem ler deixam as impressões digitais no lugar das assinaturas. Depois de receber as últimas indicações necessárias, o cidadão entra, faz o seu voto e sai por uma outra porta, mais à frente.

Os moradores conti-
(Continua na página 8)



O peso dos anos não impediu a mulher grande de cumprir o seu dever

lidade, apesar de termos instalado, 10 minutos, o início, até à disciplina, que foi exemplar. As massas populares participaram activamente graças à campanha política desençada e a da anteriormente. Mostraram-se altamente compreensivas e não houve nenhuma provocação no meio dos votantes, como muitas vezes acontece noutros países».

Eram 14 h, quando as cinco assembleias de voto instaladas no bairro de Cuntum resolveram levantar as mesas dando por terminadas as votações. Um dos membros da Assembleia de voto, Ussumane Seidi, de 19 anos, localiza-se no Largo da Nha Narciza, para exercer como cidadão o seu direito de voto. Estas foram as palavras do camarada Presidente depois de ter ido à urna:

nas 10 votaram «não».

São 10 horas de bairros de Cupelon de Cima. As pessoas começaram a bater palmas e a afastarem-se dando passagem ao camarada Luiz Cabral, Presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau que, saudando o povo, dirigiu-se à Assembleia de Voto, localizada no Largo da Nha Narciza, para exercer como cidadão o seu direito de voto. Estas foram as palavras do camarada Presidente depois de ter ido à urna:

«Desde o momento em que nós, combatentes da liberdade, pegamos em armas para libertar o nosso chão do jugo colonial, exercemos o nosso direito de voto. Desde esse momento escolhemos entre a liberdade e a opressão. Hoje não fazemos mais do que confirmar esse desejo de conduzir a nossa terra para o progresso. Fizemos uma escolha entre o atra-

zo e o progresso, entre a injustiça e a justiça. E esta escolha não é difícil para um homem consciente».

Na Escola 22 de Novembro, em frente à Pensão Regional, o povo de Cupelon continuou a afluir em massa para serenamente votar. A maioria, consciente da importância do acto que ia executar, compreendendo perfeitamente a função dos cartões que tinham na mão, introduziram-se na sala das urnas, improvisadas ora na varanda de uma casa, debaixo de uma árvore, ou numa sala de aula. Que significado teve esse acto para essas pessoas?

Joana da Silva, doméstica, votante em Cupelon de Cima: «Eu votei confiante no PAIGC. Desde que nasci nunca tinha visto as mulheres votarem na nossa terra. Para mim isso é muito importante. Por isso votei naqueles que o

VÍCTOR SAUDE MARIA:

"Intensificar a cooperação regional ou sub-regional para atingir a comunidade económica africana"

O mundo em geral debate-se com graves problemas económicos, particularmente os países do Terceiro Mundo, cujas economias recentemente se cada vez mais com as constantes subidas de preços dos produtos. O que está em questão é a ordem económica internacional. Para a África há o imperativo da independência económica, sem a qual não existe uma real independência política.

Desde a sua fundação, a OUA visou tal objectivo e lutou por ele. Com a mesma intenção é que os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros da organização reuniram-se em sessão extraordinária de 6 a 10 do corrente mês em Kinshasa, sob proposta do Presidente Mobutu. Ali foram analisados os diversos problemas que afectam os países africanos, foram feitos balanços das diversas reuniões de carácter económico já realizados e fizeram-se propostas de cooperação continental, regional ou sub-regional.

Acera da participação da Guiné-Bissau na reunião, dos resultados da mesma, entrevistamos o camarada Victor Saúde Maria, Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros e chefe da delegação do nosso País.

P — A 11.ª sessão extraordinária da OUA em Kinshasa, convocou-se para debater problemas económicos. Como explica, camarada Comissário o facto de terem sido os ministros dos Negócios Estrangeiros a reunirem-se, e quais foram os resultados dessa reunião?

R. — «Estas conferências extraordinárias de ministros dos Negócios Estrangeiros na qual participamos em Kinshasa justamente para pôr em prática a resolução que

os ministros dos Negócios Estrangeiros no lugar dos responsáveis da economia, foi proposto pelo Zaire e outros países membros da OUA, pois chegaram a conclusão que existe a necessidade de um engajamento político para se poder pôr em prática várias resoluções de carácter económicas adoptadas, mas que até o momento não avançaram. Só assim será possível a cooperação entre os países africanos.

É esta a razão que levou o governo do Zaire a convocar esta reunião de ministros dos Negócios Estrangeiros para debater problemas económicos, convocação aceite pelos outros países membros da OUA. Mas antes, foi feita uma reunião preparatória, na qual os peritos elaboraram os documentos de base para a sessão ministerial. Foi nesse relatório de base que nos debruçamos para vermos de que maneira seria a cooperação a nível continental. É claro que esta reunião foi sobretudo um inventário de todas as actividades feitas nos últimos anos, desde 1963 que é a data da criação da OUA, de que os chefes de Estado que participaram na sua criação tinham como objectivo fundamental a libertação política e económica total do nosso continente. Portanto foi nesta base que a reunião foi convocada, para anilizar todas as actividades desenvolvidas pelos organismos por nós criados, e vermos o que fizemos desde a fundação até a reunião do décimo aniversário onde foi tomada uma decisão importante no sentido de promover a cooperação entre os países membros, para podermos fazer face a todas as crises que afligem o mundo, porque só organizados em bloco, po-

deremos satisfazer os nossos povos e defender a independência económica dos nossos respectivos países».

P — Como avalia o camarada Comissário a criação de uma comunidade económica africana, proposta pela sessão ministerial extraordinária de Kinshasa, e a sua importância para a resolução dos graves problemas económicos que afligem o nosso continente?

R — «Realmente foi proposto em Kinshasa a criação de uma comunidade económica africana, assim como de uma comunidade de energia dos países africanos. É claro que só daqui à 15 ou 25 anos esta comunidade poderá ser uma realidade. Mas debatemos profundamente a nossa situação, analisamos as particularidades existentes em todos os países africanos, para vermos de que maneira chegaremos a essa comunidade.

Mas a conclusão a que chegamos desta proposta, que é uma boa ideia, depois de termos analisadas as várias conferências, como por exemplo de Cnuced em Nairobi, a reunião sobre as matérias primas realizada em Dakar, a reunião do «grupo dos 77» em Manila e na reunião de Lima. Todas elas são reuniões de carácter económicos, realizados para avaliar a evolução do terceiro mundo e propor estratégias destinadas a fazer face às crises internacionais.

Estudada toda esta situação, chegamos à conclusão que para levarmos esta ideia para a frente é preciso criar organizações regionais ou sub-regionais no continente africano. Já foi dado um passo nesse sentido com a criação na África Ocidental da CEDEAO, onde a Guiné-Bissau foi recente-

mente representada por uma delegação chefiada pelo camarada Presidente do Conselho de Estado Luiz Cabral, durante a qual foi assinado um protocolo de acordo que lança as bases para uma importante cooperação sub-regional. Se os países membros da CEDEAO aplicarem na prática os pontos do acordo a CEDEAO poderá ser aquilo que todos nós queremos que seja: um instrumento de superação das necessidades do nosso povo, da nossa independência económica e contribuirá para o reforço da unidade africana. Outro exemplo que temos de uma comunidade é aquela formada pelo Quênia, Tanzânia e Uganda. Aqueles três países têm tido dificuldades mas visam um bom objectivo. Eu sou da opinião que quando surgem crise numa dessas comunidades a OUA devia intervir para ajudar a encontrar uma solução. Só assim poderemos conseguir a unidade continental que visamos, tanto no plano económico como político».

P — Qual a posição da conferência em relação a estratégia adoptada pelos países da OPEP?

R — «Os países da OPEP discutem actualmente o aumento do preço de petróleo. É claro que nós sofreremos imediatamente com qualquer aumento deste género que possa surgir. Esperamos que os nossos irmãos árabes tenham em conta os nossos problemas. Deve existir uma cooperação entre a OPEP e os países africanos a nível da OUA, como forma de encontrar uma solução de recompensa, pois como os nossos países não produzem petróleo sofreremos muito com o aumento excessivo do preço do petróleo, que tem a sua repercussão com esses países que é para

(Continua na página 8)

NO PINTCHA

Trisemanário do Commissariado de Informação e Turismo — Sai às terças, quintas e sábados.
Serviço Informação das Agências: AFP, APS, TASS, ANOP e Prensa Latina.
Redacção, Administração e Oficinas, Avenida do Brasil.
Telefones: — Redacção 3713/3728, — Administração e Publicidade — 3726.

Assinatura — (Via Aérea) Guiné-Bissau e Cabo Verde:
Um ano 400,00
Seis meses 250,00
Outros Países Africanos e Portugal:
Um ano 500,00
Seis meses 350,00
Serviços de Distribuição e Venda do «Nô PINTCHA» — Caixa Postal, 154.

BISSAU — GUINE-BISSAU

FARMACIAS

HOJE — Central — Rua Vitorino Costa, telefone 2453.
AMANHA — Higiene — Rua António N'Bana, telefone 2520.

TELEFONES

Hospital «Simão Mendes» — 2888/2867.
Bombeiros — 2222.
POLICIA; 1.ª Esquadra 3333 — 2.ª Esquadra — 3444
CORREIOS; — Informação 2600 — Radiodifusão Nacional 2430 — Aeroporto/4 — TAP 3991/3 — TAGB 3004 — Aeroflot 2707 — Air Argelle 3775/7.
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS;
Águas e Electricidade 2411 — (das 7h às 17h)
Assistência à rede eléctrica 2414 — (das 16h às 24h).
Chegadas e partidas de navios — 2922/5

RADIO

TERÇA-FEIRA — Primeiro período de emissão:

5h 55min — Abertura da Estação; 6h — Canções da nossa terra; 6h. 10min. — Programa em Manjaco; 7h — Noticiário/Português/Crioulo; — Actualidades Sonoras (repetição); 8h. — Encerramento.

Segundo período de emissão:

11h. 55min. — Abertura; 12h. — Canções Fula; 12h. 20min. — Selecção Musical; 13h — Música Crioula; 13h 15min — Noticiário/Português e Crioulo; 13h 30min — Amílcar Cabral — O Homem e a sua Obra/Crioulo; 13h 45 min — Programa da JAAC; 15h — Encerramento.

Terceiro período de emissão:

16h 55min — Abertura; 17h — Noticiário/Português, Crioulo e Línguas; 18h 45min — Agenda do Dia; 19h — Dus Curpo um Corson; 20h — Noticiário/Português e Crioulo; 20h 30min — Prevenção Rodoviária; 21h — Actualidades Sonoras; 22h — Na Mundo di D'sporto; 23h — Tempos Novos; 24h — Encerramento.

QUARTA-FEIRA — Primeiro período de emissão

5h 55min — Abertura; 6h — Canções da nossa terra; 6h 10min — Programa em bafada; 7h — Noticiário/Português e Crioulo; — Actualidades Sonoras (repetição); 8h — Encerramento.

Segundo período de emissão:

11h. 55min. — Abertura; — 12h. — Canções em Papel; 12h 20min — Selecção Musical; 13h — Música Crioula; 13h 15min — Noticiário/Português e Crioulo; 13h 30min — Amílcar Cabral — O Homem e a sua obra (Português); 13h 45 min — Ano um de organização; 15h — Encerramento.

Terceiro período de emissão:

16h 55min — Abertura; 17h — Noticiário/Português Crioulo/Línguas; 18h 45min — Agenda do Dia; 19h — Anós i nô scádi; 20h — Noticiário/Português e Crioulo; 20h 30min — Elevemos o nível dos nossos conhecimentos; 21h — Actualidades Sonoras; 22h — Fala di África; 23h — Tempos Novos; 24h — Encerramento.

CINEMA

HOJE — Às 18h 30min. «A morte chega a assobiar», realização de Mário Bianchi com Robert Wood, Susan Scott e Frank Brana-m/14 anos. Às 20h 45min. «O amor faz-me fome», realização de Edouard Molinaro com Annie Girardot, Philippe Noiret e Madeleine Renaud-m/18 anos.

AMANHA — Às 20h 45min. «O amor faz-me fome» m/18 anos.

ANUNCIOS

Despacho

Tornando-se necessário dar início às operações de comercialização da mancarra em todo o país e sob proposta do Commissariado de Estado do Comércio e Artesanato, torna-se público; Artigo único. — Foi designado o dia 15 de Dezembro de 1976 para abertura, em todo o território Nacional, da campanha da mancarra, tendo sido estabelecidos estes preços: preços de compra por quilo;

no interior do país, quatro pesos e meio; em Bafatá, Gabú e Bambadjina, quatro pesos e oito tostões e nos portos de exportação, cinco pesos; e dois tostões.

Mostrando-se assim dar início às operações de comercialização do arroz em todo o país, sob proposta do Commissariado de Estado do Comércio e Artesanato, torna-se público; Artigo único — Foi também designado o passado dia 15 deste mês para a

abertura em todo o território nacional, da campanha do arroz, mantendo-se os mesmos preços da campanha anterior.

Achando-se conveniente dar início às operações de comercialização interna do coco-note e, sob proposta do Commissariado de Estado do Comércio e Artesanato;

Artigo único — São fixados os seguintes preços a praticar na comercialização interna do algodão, desde o

dia 1 de Dezembro do corrente ano:

Preço de compra ao produtor, em todo o País.

Algodão de 1.ª qualidade 7,00 PG/KG.

Algodão de 2.ª qualidade 3,50 PG/KG.

Alugam-se

«Estabelecimento». Os interessados devem contactar a Gerência de Organizações Ancar.

RPA
William Eteki
em Angola

LUANDA (AFP) — William Eteki, Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana (O.U.A.), que se encontra em Luanda desde 16 de Dezembro, foi recebido no sábado em audiência pelo Presidente angolano, Agostinho Neto. Não foi comunicada nenhuma informação sobre o teor deste encontro.

Eteki Mboumoua encontrou-se, além disso, com Omar Hadrami, membro do Comité Executivo da Frente Polisário, em visita à capital angolana a convite do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Numa conferência de Imprensa, dada a 17 de Dezembro, Omar Hadrami tinha reclamado a convocação urgente de uma cimeira extraordinária da OUA sobre a questão do Sahara Ocidental.

Vão ser criadas em Luanda, a partir do mês de Janeiro, as «Brigadas Populares de Vigilância», no quadro de uma vasta campanha de «repressão da criminalidade», revelou no domingo o «Jornal de Angola».

Dois comunicados do «Departamento de Organização das Massas» (Dom), de Luanda, publicados por este jornal, precisam que essas brigadas, compostas de militantes do MPLA, terão como tarefa principal prevenir os crimes, assim como os roubos à mão armada, os ataques nocturnos, a organização de «bandos clandestinos», que fabricam álcool falsificado, tráficos diversos, a organização de festas que, actualmente «se caracterizam pelo seu carácter alienante e corrupto».

Os comunicados do «Dom» indicam, todavia, que não se trata, neste último ponto, de proibir as festas, mas de tomar medidas para que essas não sejam locais de libertinagem e de corrupção.

As Brigadas Populares de Vigilância, precisam os textos, trabalharão em estreita ligação com as organizações de polícia. A sua actividade exercer-se-á principalmente de noite. Terão autoridade para abordar ou identificar as pessoas «que pareçam apresentar intenções delictuosas».

Essas brigadas serão, colocadas, primeiramente a título experimental, nos quatro bairros de Luanda.

ONU
RESOLUÇÃO SOBRE O ZIMBABWE E A NAMÍBIA

NAÇÕES UNIDAS — *Nova Iorque* — (AFP) — A Assembleia Geral adoptou por consenso, na sexta-feira à noite, uma resolução que decide que uma «conferência internacional para o apoio aos povos do Zimbabué e da Namíbia» se realize em Maputo (Moçambique) em 1977, com vista a mobilizar o apoio e a assistência do mundo inteiro aos povos desses territórios, na sua luta pela autodeterminação e a independência.

A Assembleia Geral adoptou, além disso, por

123 votos sem oposição e duas abstenções (as da França e Estados Unidos), uma resolução que «reafirma que importa assegurar a difusão mais ampla possível de informações sobre os danos e perigos do colonialismo, sobre os esforços resolutos, desenvolvidos pelos povos colonizados para chegarem à autodeterminação, à liberdade e à independência, e sobre a assistência fornecida pela comunidade internacional, com vista à eliminação dos últimos vestígios do colonialismo sob todas as suas formas».

Esta resolução pede ao Secretário-Geral das Nações Unidas para assegu-

rar a difusão por todos os meios que dispõe — publicações, rádio e televisão, da obra das Nações Unidas no domínio da descolonização.

Por fim, a Assembleia Geral, com 121 votos contra dois (Israel e Estados Unidos) e oito abstenções (Bélgica, França, República Federal Alemã, Guatemala, Itália, Luxemburgo, Malawi, Países-Baixos), adoptou uma resolução que condena energicamente toda a colaboração, nuclear e militar, com o governo sul-africano, e exigiu às potências coloniais para «retirarem imediata e incondicionalmente as suas

bases e instalações militares dos territórios coloniais, e para se absterem de aí estabelecerem novas».

Esta resolução declara de novo «que a persistência do colonialismo sob todas as suas formas e em todas as suas manifestações, compreendendo o racismo, o «apartheid» e a exploração, por interesses estrangeiros e outros, dos recursos económicos e humanos, assim como as guerras coloniais travadas para reprimir os movimentos de libertação nacional dos territórios coloniais de África, é incompatível com a Carta das Nações Unidas».

Libano

PROCLAMAÇÃO DO ESTADO DE URGÊNCIA

BEIRUTE (AFP) — O Conselho de ministros tomará na quarta-feira a decisão de proclamar o estado de urgência e de nomear o coronel Ahmed Al Hajj, governador militar geral, afirmou ontem o diário «Al Bayrak», cujo director-proprietário é Melhem Karam, presidente do Sindicato dos Redactores.

O coronel libanês Ahmed Al Hajj e o comandante da força árabe de dissuasão de 30 mil homens colocados pelas cimeiras de Ryad e do Cairo, sob o comando «pessoal» do Presidente Elias Sarkis.

O estado de urgência implica a suspensão de certas liberdades constitucionais, e a concentração dos poderes passa para as mãos da autoridade militar. Ele permite a instituição da censura na imprensa, as perseguições domiciliárias e prisões por períodos não determinados sem mandato judiciário, assim

como a extensão da competência dos tribunais militares a todos os delitos e crimes cometidos sob o regime de estado de urgência. Todas as forças libanesas de segurança-interna — polícia e segurança geral — serão postas sob o comando da força de dissuasão a partir da proclamação do estado de urgência.

Toda a imprensa libanesa e, sem dúvida, as agências estrangeiras de informação, serão submetidas formalmente à censura prévia, a partir da proclamação do estado de urgência, pelo Conselho de ministros.

TROPAS SÍRIAS OCUPAM JORNALIS LIBANESES

Tropas sírias ocuparam perto das 21h locais de domingo, em Beirute, os escritórios de dois jornais libaneses e a tipografia do «Nida», órgão do Partido Comunista Libanês.

As tropas fizeram evacuar todos os ocupantes do imóvel, em Beirute. Oeste, próximo do Ministério da Informação, onde se encontram os escritórios do jornal em língua francesa, «Orient le Jour», os do «Al Nahar» (independente), assim como os escritórios da agência americana «United Press International» e da revista «Newsweek».

As tropas sírias, julga-se, ocuparam só a tipografia do «Nida», onde, segundo certas fontes, eram impressas «Al Safir» (esquerda) e «Al Moharrer» (pró-iraque), cujos escritórios foram ocupados respectivamente sexta e quarta-feira últimas. Estas novas ocupações de jornais, no domingo, por elementos sírios armados, elevam a seis jornais e um semanário o número de publicações libanesas, cujos escritórios são controlados.

Assim, o Movimento Nacional Libanês (forças progressistas) condena, num comunicado, certas manobras da força árabe de dissuasão, especialmente aqui é contra a liberdade e imprensa. Pede uma modificação das relações entre esta força e o Estado libanês, e apela aos palestinianos para que resistam a toda a tentativa de controle e de limitação dos direitos.

O Conselho Político do Movimento, presidido por Kamal Joumblatt, considera que «se as forças árabes de dissuasão continuam a transgredir os limites da missão que lhes foi confiada pelas cimeiras de Ryad e de Cairo, se elas persistem nas suas infracções e no não-respeito das leis e instituições libanesas elas se transformarão em força de ocupação e imporão a todos os cidadãos libaneses que as tratem como tal».

Zimbabué

NKOMO IMPEDIDO DE REALIZAR "MEETINGS"

BULAWAYO (AFP) — O líder nacionalista zimbabué, Joshua Nkomo, chegou no sábado à noite a Bulawayo, a segunda cidade da Rodésia, vindo de Londres, via Joanesburg, e foi imediatamente advertido pela polícia que não estava autorizado a publicar comunicados ou a realizar «meetings» políticos.

Nkomo, que dirige a «Frente Patriótica» com o porta-voz dos guerrilhei-

ros, Robert Mugabe, foi igualmente convidado pela polícia a assinar um documento «de advertência e aviso» a propósito de declarações que ele teria feito em Genebra, respeitantes ao seu papel de dirigente do movimento de guerrilha.

O líder nacionalista recusou assinar, afirmando: «É de intimidação. Nunca escondi a minha opinião. Eles fazem isso porque querem proteger fanto-

chas», acrescentou. Quando o bispo Abel Muzorewa, líder do Conselho Nacional Africano Unificado (UANNC), havia regressado a Salisbúria, na semana passada, o governo havia-lhe proibido igualmente realizar um «meeting» político. Entretanto, algumas 170 mil pessoas reuniram-se para o receber e assistir a uma conferência de imprensa num bairro africano da capital.

Joshua Nkomo chegou directamente a Joanesburg a bordo de um avião Charter, registado na Zâmbia. Estava acompanhado de M. K. Sibanda, conselheiro legal de Nkomo na conferência de Genebra sobre a Rodésia, e de Ariston Cham-bait e Daniel Madzimbamuto, ambos membros do Executivo do Conselho Nacional Africano.

Vietname:
Le Duan
eleito

HONG-KONG (AFP) — Le Duan foi eleito ontem Secretário-Geral do Comité Central do Partido Comunista Vietnamita, anunciou a «Voz do Vietname», captada em Hong-Kong. O novo Comité Central, composto de 101 membros titulares e 32 suplentes, tinha sido eleito no domingo, durante uma sessão, à porta fechada, do congresso do Partido. O Comité Central escolheu um novo Bureau Político e um novo Secretariado, e um Comité de Controle Central do Partido.

OPEP:
O preço
do petroleo

DOHA — QATAR (AFP) — 11 dos 13 membros da Opep decidiram-se por um aumento de 12,5 por cento do preço do petróleo bruto. A 1 de Janeiro, o barril passará de 11,51 dólares para 12,70, e a 1 de Julho, 13,30. A Árabia Saudita e os Emiratos Árabes Unidos mantiveram a sua posição quanto ao aumento moderado do preço de petróleo bruto, de cinco por cento, contra a decisão dos demais membros da Opep. O Sheik Ahmed Zaki Yamanim, representante da Árabia Saudita, não compareceu à última sessão realizada ontem de manhã.

Nyerere,
apela
às mulheres

DAR-ES-SALAM (AFP) — Ao inaugurar no sábado, em Dar-Es-Salam, a conferência de «Umo ja Wa Wanawake Wa Tanyka», o Presidente Julius Nyerere da Tanzânia dirigiu-se às mulheres pedindo-lhes para trabalharem com ardor pela sua libertação e recusarem ser empregues como servas dos homens ou como «flores» destinadas a seu prazer. O chefe de Estado tanzaniano insistiu sobre a necessidade das mulheres de terem uma organização que combata pelos seus direitos e «resista» aos homens. Convidou as mulheres a ganharem confiança, nelas próprias, porque, disse, elas são capazes de fazerem tudo o que podem fazer os homens. Assistiu à conferência um milhar de mulheres. Vieram de Moçambique, Angola, Zâmbia, Botswana, Comores, Lesotho, Ruanda, Burundi, Zaire. Os movimentos de libertação da África do Sul e do Zimbabué estiveram igualmente presentes.

Victor Saude Maria regressou de Kinshasa

(Continuação da pág. 6)

estarem a par da situação que atravessamos. Nós devemos cooperar com os países árabes da OPEP não só no ponto de vista bilateral mas também ao nível da Liga Árabe.

Até porque tivemos uma conferência recentemente no Cairo a nível de chefes de Estado e este problema foi lá levantado para encontrar-mos a

forma ideal de cooperação e para sairmos do círculo de inflação que prejudica bastante os países membros da comunidade africana».

P — A sua partida para Kinshasa, o camarada Victor Saude Maria disse que os delegados na conferência focariam a situação dos povos da África Austral ainda sob a dominação racista. Como encararam a evolução da situação política, nomea-

damente a conferência de Genebra?

R — «Nunca tivemos ilusões com a conferência de Genebra. Em primeiro lugar porque Ian Smith, que é o representante da minoria branca racista da Rodésia não compareceu em Genebra para discutir seriamente com os nossos irmãos africanos.

Portanto esperávamos falhas nesta conferência de Genebra. Pensamos que a solução é os mo-

vimentos de libertação unirem-se em primeiro lugar e intensificarem a luta armada na Rodésia. E só a partir da posição de força é que podem obrigar Ian Smith e os ingleses a sentar-se e discutir seriamente o problema da independência. Mas o fundamental para os movimentos de libertação é unirem-se e fazerem só uma voz perante os ingleses que quanto a nós são os únicos responsáveis pela situação na Rodésia. Devem receber grande

ajuda dos países africanos para poderem fazer face a actual situação. Os racistas estão desesperados, e as violações que fazem no território de Moçambique são uma prova disso. Em África a situação é favorável aos movimentos de libertação, tem de se continuar a luta armada, porque só assim a conferência de Genebra será encarada com mais sinceridade pelos racistas que irão negociar com os nossos irmãos do Zimbabwé».

Eleição dos Conselhos Regionais

(Cont. das centrais)

nuam a afluír ao local. Agora formaram duas bichas para o trabalho ser mais rápido. Homens, mulheres, velhos e jovens dirigiram-se ao local para cumprir o seu dever de cidadão de um país livre onde cada filho da terra tem a consciência dos seus deveres e direitos. Acabava de começar o trabalho quando chegou o Presidente da Comissão Eleitoral Nacional, camarada Constantino Teixeira, a fim de se informar da maneira como estava a decorrer o trabalho. A mesma visita seria feita nos outros bairros e no interior do país, segundo informou o Presidente na entrevista concedida à Informação. Fala da previsão da Comissão em terminar os trabalhos antes das 18 horas, o tempo marcado para o termo das

votações. Informa ainda que os trabalhos no interior estão a correr da melhor maneira. Os delegados regionais pediram mais bilhetes, porque o número de votantes foi muito maior do calculado anteriormente. Isso explica-se pelo facto de muitos refugiados terem regressado ao país.

O camarada Joseph Turpin, do CSL do Partido e secretário-geral do Comissariado dos Negócios Estrangeiros, fala do acto. Afirma que tem um significado muito diferente daquele que o povo da Guiné-Bissau conhece durante a época colonial e durante a luta de libertação nacional, porque é a primeira vez que o povo inteiro da nossa terra conhece o que é uma eleição livre e democrática, onde exerce livremente o seu dever.

O bairro da Tchada teve o seu momento eleitoral mais vivo com a chegada ao local do Comissário Principal, camarada Francisco Mendes. Acompanhado pelo Presidente da Comissão Eleitoral Nacional, Constantino Teixeira, o Comissário Principal foi recebido pelo delegado do Partido no bairro, camarada Fernando Fortes, Comissário dos Correios e Telecomunicações, que o conduziu à mesa da Assembleia de voto e o apresentou aos presentes. A população rompeu em gritos de vivas ao PAIGC, e a Unidade Guiné e Cabo Verde, após o qual Francisco Mendes tomou nas mãos os dois boletins de voto e cumpriu o seu dever de cidadão. Posteriormente, votou a camarada Lucete Cabral, esposa do Presidente do Conselho.

Sadek: "Pedimos uma rápida cimeira da OUA"

ARGEL (AFP) — «Pedimos uma rápida convocação da cimeira extraordinária da OUA sobre o Sahara Ocidental, e consideramos que se deve precisar rapidamente a data e o local», declarou no domingo, em Argel, Mohammed Salem Ould Sadek, ministro da Informação sahariano. Sadek acrescentou que o «Secretariado-Geral da OUA deve fixar uma data precisa, porque não se pode jogar com o destino de um povo».

«Não se pode aceitar prazos elásticos para a reunião desta importante cimeira, quando se sabe das diversas manobras a que se entregam Rabat e Nouakchott para a adiar. A viagem do monarca marroquino a França e as suas declarações calmas e conciliatórias, tanto como as tentativas de mediação que ele encoraja, são uma

fuga perante a tentativa de esconder a derrota do regime monárquico no Sahara Ocidental», disse ainda Sadek.

«Estas tentativas desperadas têm como objectivo fazer crer à organização internacional que há possibilidade de acordos, e que não há necessidade de se realizar uma cimeira», precisou.

Ould Sadek elevou-se contra todo o esforço de mediação que não tivesse em conta os interesses supremos e legítimos do povo sahariano. A este respeito, admirou-se que «um país árabe tivesse pedido à Espanha as listas de um pseudo-recenseamento que ela teria efectuado no Sahara Ocidental».

Entretanto, Sidi Mohammed Bramim Hamuin, antigo membro da «Djemaa» e conselheiro de El Ayoun juntou-se à Polisário.

ALIANÇA TEL-AVIV-PRETORIA

Em Pretória realizaram-se conversações entre as delegações da RSA e de Israel sobre o estreitamento dos contactos entre estes dois regimes. Os chefes das delegações — o Secretário de Estado para questões financeiras da RSA, G. Brown, e o Embaixador de Israel na RSA, I. Unna, discutiram as medidas práticas a serem tomadas para realizar os acordos vigentes nas esferas políticas, económica e militar. Conforme noticiam, uma atenção especial mereceram os aspectos militares dos contactos, dirigido contra a luta nacional-libertadora dos povos no sul da África e Médio Oriente.

Desde que em Dezembro do ano passado as relações diplomáticas entre a África do Sul e Israel fo-

ram elevados ao nível de embaixadas, os racistas e os sionistas dos países intensificaram visivelmente os seus contactos. Na linha aérea que liga Pretória à Tel-Aviv circulam com crescente frequência homens de negócios sul-africanos e israelitas. Os contactos entre os chefes militares e líderes políticos tornaram-se permanentes.

Em Abril deste ano, o Primeiro Ministro do RSA B. Vorster foi recebido em Israel de braços abertos. O chefe do regime racista não fez, então, segredo do objectivo da sua visita: precisava de armas para reprimir as manifestações da população africana do país. Os governantes sionistas de Tel-Aviv atenderam bem, o pedido de Vorster tendo-lhe organizado uma viagem através de toda

uma série de empresas militares, a fim de fazer valer a sua mercadoria. Nesta ocasião, asseguraram-lhe que estavam prontos a fornecer a RSA armas de toda e quaisquer espécie.

Os resultados da viagem de Vorster a Israel fizeram-se sentir um pouco depois. O movimento de mercadorias entre os dois países começou a aumentar dum modo visível. Em breve, para Pretória serão exportadas armas israelitas destinadas às forças terrestres, inclusivamente mísseis e munições electrónicos de vários tipos. Soube-se também, que nos estaleiros sul-africanos de Durban começaram a ser construídos, com a autorização de Israel escaleres de patrulha «Dabur». São mantidas conversações sobre a aquisição pela RSA da

licença para fabricar o caça-bombardeiros israelita «Kliran».

Paralelamente com a cooperação militar, estão estreitando-se contactos políticos entre os racistas e os sionistas. Apareceram notícias de que Israel e RSA combinaram ajudar-se mutuamente a superar e crescente isolamento internacional e proporcionar um ao outro, apoio diplomático. Conforme escrevia, por exemplo, o jornal sul-africano «South African Jewish Times», Tel-Aviv apoiou a farsa política racista da concessão duma pseudo-independência a Transkei, um dos bantustões sul-africanos, farsa esta condenada praticamente por todos os países. O jornal, que exprime a opinião dos influentes círculos sionistas da RSA que as ligações com a ca-

matilha governante israelita, deu a entender que Tel-Aviv pode, mesmo, reconhecer esta «independência».

Esta colaboração tem como raízes a comunidade das doutrinas do «apartheid» e do sionismo, cuja essência é racista. A linha política externa agressiva de ambos os países, a esperança que eles depositam no chauvinismo como o «terceiro ideológico dos regimes. As suas raízes do mesmo papel de gendarmes, que eles procuram desempenhar em África e no Médio Oriente.

Aí está, pois, consumada a aliança reaccionária de Tel-Aviv e Pretória, a qual ameaça gravemente e segurança dos povos africanos e árabes. (APN)

CAIRO (AFP) — As conversações dos Presidentes Anouar El Sadate do Egipto e Hafez El Assad da Síria, iniciadas sábado à noite terminaram ontem. Segundo o diário «Al Ahram», o Chefe de Estado egípcio sublinhou ao seu interlocutor a necessidades de recomeçar a conferência de Genebra e expôs o motivo pelo qual convidou Kurt Waldheim Secretário-Geral da ONU a visitar o Egipto.

O jornal indicou por outro lado que todos os aspectos da situação no Líbano foram examinados.

DAR-ES-SALAM (AFP) — O ministro dos Negócios Estrangeiros da República Árabe Sahara Democrática (RASD), Hakim Ibrahim, pediu novamente a todos os países africanos e à OUA para ajudarem a libertação do seu país, ontem em Dar-Es-Salam durante uma conferência de Imprensa.

Hakim Ibrahim agradeceu aqueles países que já forneceram a sua assistência à RASD, particularmente a Líbia, Argélia e a Tanzânia onde actualmente se encontra em visita. Sem precisar a data da sua partida, o ministro sahariano indicou que irá visitar outros países da África Oriental e do Oceano Índico.

JOHANNESBURGO (AFP) — Tiros foram trocados no sábado passado de manhã entre uma unidade da polícia móvel do Botswana e das forças rodesianas perto da cidade de Francistown, declarou ontem de manhã um porta voz governamental do Botswana.

Um polícia do Botswana foi ferido durante este incidente do qual a ONU será informada pelas autoridades de Galberões. O incidente deu-se de madrugada, nos arredores de um campo de refugiados.

TRIPOLI (AFP) — O Conselho do Comando da Revolução líbia promulgou um decreto incidindo sobre a criação de um Tribunal do Povo, anunciou a agência líbia «Arna». Este tribunal é composto de um presidente, o comandante Ahmed Mahmoud, e de dois membros: capitão Abdel Salam Aboukila e o capitão Mohamed El Misrafi, precisa agência.